

Na primeira eleição presidencial, Brasil teve eleitor de menos e candidato demais

Faz 124 anos que os brasileiros tiveram a primeira experiência de ir às urnas para escolher o presidente. Quem compara a histórica eleição de 1894 com os pleitos de hoje, porém, no máximo divisa uma vaga semelhança. A começar pelos candidatos. Na primeira eleição direta, a lista com o resultado elencou nada menos que 205 nomes

Ricardo Westin/ArquivoS/Agência Senado

O vencedor foi Prudente de Moraes, mas os documentos da votação — que estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília — revelam que os eleitores também fizeram escolhas esdrúxulas.

No final da longa lista, surge uma multidão de desconhecidos. Dos 205 presidenciais, 116 tiveram um voto só. Machado de Assis decidiu o estranho fenômeno. Numa crônica, atribuiu a existência de tantos lanterninhas anônimas a votantes que usaram a urna para singelamente homenagear os amigos.

As leis eleitorais eram frouxas em 1894. Não era necessário filiar-se a partido nem oficializar candidatura. O eleitor tinha liberdade para escrever qualquer nome na cédula, até o dele próprio ou o de um cidadão que não fosse candidato.

Ganharam votos até os príncipes Pedro de Alcântara e Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha. Foram votos desperdiçados: eles eram netos de dom Pedro II e haviam sido expulsos do país com a família imperial. Parte do eleitorado queria o visconde de Ouro Preto na Presidência. Como ex-primeiro-ministro do Império, ele tampouco obteria autorização para tomar posse.

Florian Peixoto, o presidente de então, ficou em 16º lugar. Foi outro caso curioso: a Constituição de 1891 era categórica ao proibir a reeleição.

Cartas marcadas

Na prática, Prudente foi aclamado — dos 351 mil votos totais, obteve 291 mil. Afonso Pena, segundo colocado, em momento algum representou perigo — amealhou 38 mil. Logo abaixo aparecem figuras como Cesário Alvim, bisavô mineiro do músico Chico Buarque, e Silveira Martins, pivô acidental da queda da monarquia. Ruy



Florian Peixoto, que deixava o poder, e Prudente de Moraes, o eleito, na Revista Ilustrada em 1894: em nome dos brasileiros, o semanário "joga-lhes um punhado de flores".

Barbosa recebeu votos em todas as eleições até morrer, em 1923, embora só tenha concorrido oficialmente duas vezes.

Segundo o cientista político Jairo Nicolau, autor de História do Voto no Brasil (Jorge Zahar Editor), a vitória foi arrasadora porque a política era um jogo de cartas marcadas. Nem sequer era preciso fazer campanha. Nos primeiros 40 anos da República, a oposição nunca venceu.

"As elites ditavam quem seria o presidente. As eleições eram apenas uma forma de referendar uma decisão política já tomada, e não o momento em que a população escolhia seus governantes".

O eleitorado era irrisório. Numa população de 14,3 milhões, só 800 mil estavam habilitados a votar (5,6%). Hoje, mais de 70% dos brasileiros podem ir às urnas. O direito era negado a mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos e religiosos sujeitos a voto de obediência. O eleitor devia ter ao menos 21 anos. Eram restrições brutais. As mulheres respondiam por metade da população. Os negros, recém-beneficiados pela Lei Áurea,

eram quase todos iletrados. Mesmo entre os brancos, poucos liam e escreviam naquele Brasil rural.

Walter Costa Porto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral e autor de 'A Mentirosa Urna' (Martins Fontes), ressalta que a Constituição de 1891 não vedava o voto feminino explicitamente: "Não precisava estar escrito. Era um tempo em que a mulher não tinha direito nem liberdade. Primeiro, ela era subordinada ao pai. Depois, ao marido. Quando ficava viúva, ao filho mais velho".

Para piorar, a abstenção era altíssima. Mais da metade dos eleitores inscritos não apareceu para votar em 1894. O voto não era obrigatório.

As elites dispunham de dois instrumentos para vencer. O primeiro eram as fraudes. Entre as artimanhas, estavam depositar cédulas extras nas urnas e adulterar as atas com as apurações. O segundo era o Congresso, que organizava as eleições federais. Os senadores e deputados tinham o poder de coroar os aliados e barrar os inimigos.

A logística das votações agora cabe à Justiça Eleitoral, fora da influência política. Diz a historiadora Dulce Pandolfi, da Fundação Getúlio Vargas: "Enquanto em outros países a República era associada a eleição, partidos, interesse público e imparcialidade da lei, aqui era identificada com fraude, corrupção, interesse particular e ausência do povo. A República fora implantada para acabar com os vícios do Império, mas, pelo menos nas primeiras décadas, fracassou".

Machado de Assis mostra que abstenção na 1ª eleição foi elevada

"Eram dez horas menos um minuto. Havia 47 eleitores. Abriam-se as urnas, que foram mostradas aos eleitores, a fim de que eles vissem que não havia nada dentro. Os cinco mesários já estavam sentados, com os livros, papéis e penas. (...)

Tinha começado a chamada e prosseguia lentamente para não dar lugar a reclamações. Nove décimos dos eleitores não respondiam (...).

— Antônio José Pereira — chamava o mesário.

— Está na Europa — dizia um eleitor, explicando o silêncio.

— Pôncio Pilatos!

— Morreu, senhor; está no Credo. Um eleitor, brasileiro naturalizado, francês de nascimento, disse-me ao ouvido:

— Por que não se põe aqui a lei francesa? Na França, para cada eleição há diplomas novos com o dia da eleição marcado, de maneira que só serve para esse. Se fizessemos isto, não chamaríamos o senhor Pereira, que desde 1889 vive em Paris, 28 bis, rua Breda, nem o procurador da Judeia, pela razão de que eles não teriam vindo tirar o diploma, oito dias antes. Compreendeis?

— Compreendi; mas há também abstenções.

— Não haveria abstenção de votos. Os abstencionistas não teriam diplomas.

A chamada ia coxeando. Cada nome, como de regra, era repetido, com certo intervalo, e eu estava três quarteirões adiante. Queixei-me disto ao ex-francês, que me disse:

— Mas, senhor, também este método de chamar pelos nomes é desusado.

— Como é então? Chama-se pelas cores? Pelas alturas? Pelos números das casas?

— Não, senhor; abre-se o escrutínio por certo número de horas; os eleitores vão chegando, votando e saindo.



Joaquim Maria Machado de Assis.

— Sério?

— Sério.

— Não creio que nos Estados Unidos da América...

Outro eleitor, brasileiro naturalizado, norte-americano de nascimento, acudiu logo que lá era a mesma coisa.

— (...) Não se esqueça que o time is money é invenção nossa. Não seríamos nós que iríamos perder uma infinidade de tempo a ouvir nomes. O eleitor entra, vota, retira-se e vai comprar uma casa, ou vendê-la. Às vezes mais, vai casar-se. (...)

— Padre Diogo Antônio Feijó! — prosseguia o mesário.

Pausa.

— Padre Diogo Antônio Feijó!"

Trechos da crônica publicada por Machado de Assis na Gazeta de Notícias, do Rio, em março de 1894, sobre a votação. A íntegra está em (<http://bit.ly/cronicaVotacao>) - (Ag.Senado).

Estação 45

Almoço
Segunda a Sábado
das 11h30 às 15h

Nosso Bufê possui grande variedade de saladas, frutas e os mais deliciosos pratos quentes e frios.

Música ao vivo aos Sábados

Noite
Quarta a Domingo
a partir das 18h

Divirta-se com seus amigos em nosso Happy hour ou traga sua família para experimentar uma de nossas massas ou pizzas mais saborosas da região.

Delivery
(quarta a domingo, das 18h às 23h30)
5575-9224 / 5571-3369

Rua Dr. Neto de Araújo, 45 - Vila Mariana
www.estacao45.com.br